

# Povos Indígenas no Brasil

Fonte A Crítica Class.: CIMI 715  
Data 10/07/93 Pg.: \_\_\_\_\_

## Entidades lutam pelos direitos dos indígenas

As entidades que participaram da organização das manifestações pelo afastamento do ex-presidente Collor vão se articular para que a reforma constitucional não atinja os direitos dos índios, conquistados na Carta de 1988. Esta será uma das principais decisões da XVII Assembleia Regional do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), que termina hoje, em Manaus.

O Cimi vai apoiar a ampla mobilização nacional que está sendo articulada pela Ordem dos Advogados do Brasil, Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros, Associação Brasileira de Imprensa e outras entidades da sociedade civil para barrar o que já está sendo chamado de "golpe da revisão constitucional dos setores conservadores."

O secretário nacional do Cimi, Gunther Francisco Loebens, que participou da assembleia, explicou que a posição contrária à revisão constitucional tem dois motivos: a entidade entende que a revisão só caberia caso o resultado do plebiscito apontasse para uma mudança no sistema e na forma de governo e os parlamentares da atual legislatura não foram eleitos com poderes

para uma ampla revisão constitucional.

No dia 14 de junho, segundo Gunther, em Brasília, foi criado o Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas, para pressionar as autoridades mobilizar a sociedade para a demarcação de 235 áreas indígenas que deveriam estar sendo demarcadas até o dia 5 de outubro. Num trecho do manifesto divulgado em favor da demarcação, os integrantes do fórum dizem que "exigir que os territórios sejam demarcados e garantidos é um gesto de cidadania e contribuirá para que cada povo indígena possa ter o espaço que ocupa".

De acordo com o levantamento apresentado pelo Fórum, 106 áreas indígenas não recebiam nenhuma providência do governo, 18 estão identificadas e com processo no Ministério da Justiça, 43 foram identificadas e estão com processo na Funai, 69 estão delimitadas, 33 demarcadas, 164 homologadas e 87 regularizadas. Em abril de 1992, a Funai incluiu no orçamento da União a solicitação de Cr\$ 110 bilhões para concluir a demarcação das terras, mas só 10% foi liberado.